FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

Nosso objetivo é formar especialistas que chegarão ao mercado com sólida formação acadêmica, com experiência profissional e visão global, para uma atuação de sucesso nas organizações, bem como, desenvolver no participante a capacidade de adequar, utilizar e integrar, em ambientes distintos, contemplando as expectativas e necessidades dos clientes, bem como, o aumento da competitividade dos negócios ligados ao Direito Administrativo.

OBJETIVO

Formar profissionais especializados na área de Direito Administrativo, transmitindo aos alunos o conteúdo do programa ministrado e propiciar aos profissionais do Direito a oportunidade de aprofundamento nas áreas afetas ao Direito Administrativo.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Código	Disciplina	Carga Horária
4993	Administração Pública	60

APRESENTAÇÃO

Origem e princípios da administração pública. A reforma do estado e a modernização do setor público. O trabalho na administração pública. Peculiaridades da administração pública brasileira. Os três poderes. Governança e governabilidade. As formas de administração pública. Planejamento da administração pública. Organizações sociais, agências executivas e reguladoras. Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Administração pública e a economia. Funcionalismo público e as terceirizações. Processos e tecnologias na administração pública. Modernização da máquina pública versus burocracia. Os limites da política sobre a máquina pública. Ética na administração pública.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa fundamentar conceitos e demonstrar práticas relacionadas à administração pública, abordando desde a história e evolução da máquina pública, até os aspectos legislativos e jurisdicionais dos organismos públicos e sua relação com outros tipos de organização social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Distinguir a administração pública brasileira das demais formas de administração.
- Classificar e compreender os papeis dos Três Poderes.
- Compreender as relações entre as organizações sociais, agências executivas e agências reguladoras.
- Identificar os ganhos da Modernização da máquina pública versus burocracia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ORIGEM E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A REFORMA DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO
O TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PECULIARIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

UNIDADE II – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS
OS TRÊS PODERES
GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE
AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADE III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA, LICITAÇÕES E FUNCIONALISMO
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, AGÊNCIAS EXECUTIVAS E REGULADORAS
NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ECONOMIA
FUNCIONALISMO PÚBLICO E AS TERCEIRIZAÇÕES

UNIDADE IV – PROCESSOS, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROCESSOS E TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA VERSUS BUROCRACIA
OS LIMITES DA POLÍTICA SOBRE A MÁQUINA PÚBLICA
ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, V. de C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: ENAP, 2002.

BRANCHIER, A.; TESOLIN, J. **Direito e Legislação Aplicada**. Curitiba: IBPEX, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 2010.

FERREIRA, V. C. P.; CARDOSO, A. S. R. C.; CORRÊA, C. J.; FRANÇA, C. F., **Modelos de Gestão**. Rio de Janeiro, FGV Management, 2006.

KANAANE, R. FILHO A. F. e FERREIRA, M. G. **Gestão Pública: Planejamento, Processos e sistemas de Informações e Pessoas**. Atlas, São Paulo, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, D. **Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, **Djalma de Pinho Rebouças**. Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

SOUTO, M.J. **Desestatização: privatização, concessões e terceirizações**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

TEIXEIRA, J. M. B; RIBEIRO, M.T.F. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos** . Curitiba, Intersaberes, 2017.

4839	**Introdução à Ead**	**60**

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4965	Noções de Direito	60

APRESENTAÇÃO

Noções de Direito. Teoria geral do estado. Noções de Direito constitucional. A constituição: organização do estado e dos poderes. Administração pública: Conceitos e princípios constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Noções de Direito Civil. Noções de Direito tributário. Direitos sociais na constituição federal.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa introduzir o estudante ou profissional da área jurídica no Direito, abordando os principais conceitos, fundamentos e princípios teórico-filosóficos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender os fundamentos do direito, espécies normativas e a diferença entre processo e procedimento.
- Reconhecer o conceito de direito constitucional, classificações e histórico.
- Entender os fundamentos do direito civil, interpretar as determinações legais sobre contratos e analisar determinações legislativas do direito da família e sucessores.
- Interpretar o funcionamento do direito tributário e suas implicações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO
O DIREITO E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA E A MORAL
CLASSIFICAÇÕES, RAMOS E FONTES DO DIREITO
NORMAS JURÍDICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTO
TEORIA GERAL DO ESTADO

UNIDADE II – DIREITO CONSTITUCIONAL E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
A CONSTITUIÇÃO: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E HISTÓRICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS
A ORGANIZAÇÃO E A SEPARAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

UNIDADE III – FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL
NOÇÕES DE DIREITO CIVIL
BENS E OBRIGAÇÕES
CONTRATOS E DIREITOS DAS COISAS
DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO DAS SUCESSÕES

UNIDADE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITOS SOCIAIS
NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO
SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA
DIREITOS SOCIAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

DIAS, M. B. **Manual das Sucessões**. 4ª ed. rev. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Saraiva: São Paulo. 33ª Ed. Rev, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**: Introdução à problemática científica do direito, tradução de J. Cretello Jr. E Agnes Cretella. 7ª Edição revisada da tradução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

NADER, P. **Introdução ao estudo do direito**, 23ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PERIÓDICOS

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. São Paulo: Método, 2018.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 321

SABBAG, E. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2019.

4984	Direito Civil	60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e princípios básicos do direito civil. Breve histórico das relações privadas. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Direitos das Pessoas e Bens. Pessoa física. Emancipação. Domicílio. Residência. Registro civil. Morte e Ausência. Pessoa jurídicas: classificação, natureza, limites. Registro civil das pessoas jurídicas. Situações jurídicas. Direitos de Personalidade. Capacidade Civil. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Boa-fé. Classificações dos bens. Negócios jurídicos: planos e interpretações. Atos ilícitos. Teoria da Invalidade. Prescrição. Decadência.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito civil nas várias situações e negócios jurídicos do dia a dia.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Definir os conceitos e princípios básicos do direito civil
- Identificar situações em que haja a desconsideração da pessoa jurídica
- Entender os cenários das aquisições, modificações e perda dos direitos.
- Entender a teoria e aplicar o conceito de invalidade e nulidade nas várias situações à luz do direito civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL
BREVE HISTÓRICO ACERCA DAS RELAÇÕES PRIVADAS
O DIREITO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
CONCEITOS E PRINCÍPIOS BÁSICOS DO DIREITO CIVIL

UNIDADE II – PERSONALIDADES NO DIREITO CIVIL
PESSOA NATURAL
DIREITOS DE PERSONALIDADE
PESSOAS JURÍDICAS
DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

UNIDADE III – DIREITO DA PROPRIEDADE
SITUAÇÕES JURÍDICAS
BENS JURÍDICOS
CLASSIFICAÇÕES DOS BENS
AQUISIÇÕES, MODIFICAÇÕES E PERDA DOS DIREITOS

UNIDADE IV – TRANSAÇÕES E NEGÓCIOS JURÍDICOS
NEGÓCIOS JURÍDICOS
TEORIA DAS INVALIDADES E NULIDADES
ATOS ILÍCITOS
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL, F. **Direito civil:** introdução. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de Responsabilidade Civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, M. H. D. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 32ª edição. 2015. São Paulo: Saraiva.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DINIZ, M. H. **Código Civil anotado.** São Paulo, Saraiva, 2009.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro:** responsabilidade civil. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, C. C de.; BRAGA NETTO, F. ROSENVALD, N. **Manual de Direito Civil.** Volume único. 4. ed. rev, ampl. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

GAGLIANO, P. S e PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**, volume I: parte geral. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PERIÓDICOS

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Esquematizado**. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS-COSTA, J. e BRANCO, G. **Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

TARTUCE, F. **Direito Civil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Método, 2006.

4994	Direito Constitucional	60

APRESENTAÇÃO

Conceito e Classificação da Constituição Federal. Histórico das Constituições. Classificação das Constituições. O Poder Constituinte. Princípios do Direito Constitucional. Formas de eficácia da norma Constitucional. Classificação da norma Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade e momentos de controle. Controle Difuso. Controle Concentrado. Divisão espacial do Poder. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário.

OBJETIVO GERAL

O Direito Constitucional é considerado um dos mais importantes do ramo do direito, visto que, a Constituição é a Carta Magna nacional que delimita todos os direitos e deveres dos indivíduos. Deste modo, essa disciplina busca elucidar os pontos fundamentais com relação a esse ramo, retratando seus conceitos e fundamentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Classificar os diversos tipos de Constituição, contextualizando cada um deles.
- Identificar os princípios constitucionais correlacionados aos direitos individuais.
- Conhecer as espécies de inconstitucionalidade, aplicando-as aos momentos de controle.

- Entender e contextualizar o Poder Judiciário e sua competência no ordenamento jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONSTITUIÇÃO E O PODER CONSTITUINTE
CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES
O PODER CONSTITUINTE

UNIDADE II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E A EFICÁCIA DA NORMA
PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO E AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS
FORMAS DE EFICÁCIA DA NORMA CONSTITUCIONAL
CLASSIFICAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL

UNIDADE III – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
CONCEITO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE E MOMENTOS DE CONTROLE
CONTROLE DIFUSO
CONTROLE CONCENTRADO

UNIDADE IV – DIVISÃO ESPACIAL DO PODER E A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES
UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS
PODER LEGISLATIVO
PODER EXECUTIVO
PODER JUDICIÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

LAZARI, Rafael de. Manual de Direito Constitucional. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.
LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. São Paulo, Método, 2007;
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2006;

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2005;

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERIÓDICOS

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007;

4995	**Licitações Públicas**	**60**

APRESENTAÇÃO

Conceito de licitações públicas, seu objeto, sua finalidade, seus destinatários e a obrigatoriedade de licitar. A legislação relacionada com as licitações públicas e os princípios pertinentes. As modalidades e os tipos de licitação e o sistema de registro de preços da administração pública. As fases do procedimento licitatório, incluindo a audiência pública, o edital, a comissão de licitação, a carta-convite, a habilitação dos licitantes, o julgamento das propostas, e a adjudicação ao vencedor. As contratações diretas através da dispensa e inexigibilidade de licitação. A alienação de bens pela administração pública. A substituição, o parcelamento e fracionamento de despesas. A revogação e anulação do procedimento licitatório, o recurso, a representação e o pedido de reconsideração nos procedimentos licitatórios. O processo de licitações para microempresas, empresas de pequeno porte e consórcios públicos. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas. As normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade. As sanções administrativas e a tutela judicial cabível aos licitantes.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa preparar o estudante ou profissional de Direito ou Gestão Pública para entender e aplicar os procedimentos administrativos necessários à condução de um certame licitatório, à luz da Lei 8.666 de 1983.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender o conceito, a finalidade, o objeto, os destinatários e a obrigatoriedade de licitar.
- Identificar as fases do procedimento licitatório e compreender a audiência pública.
- Compreender a revogação e a anulação do procedimento licitatório, entender o recurso, a representação e o pedido de reconsideração.
- Identificar as normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS LICITATÓRIOS
CONCEITO, FINALIDADE, OBJETO, DESTINATÁRIOS E OBRIGATORIEDADE DE LICITAR
LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
TIPOS DE LICITAÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

UNIDADE II – FASES DE UM PROCESSO LICITATÓRIO
FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AUDIÊNCIA PÚBLICA
EDITAL, COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CARTA-CONVITE
HABILITAÇÃO DOS LICITANTES
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO VENCEDOR

UNIDADE III – DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SUBSTITUIÇÃO, PARCELAMENTO E FRACIONAMENTO DE DESPESAS
REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, RECURSO, REPRESENTAÇÃO E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

UNIDADE IV – CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO LICITATÓRIA
LICITAÇÕES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E CONSÓRCIOS PÚBLICOS
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES E ÀS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E TUTELA JUDICIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20º Ed. São Paulo; Método, 2012.

BRAZ, P. **"Processo de Licitação – Contrato Administrativo e Sanções Penais"**, ed. Livraria do Direito, 2012.

CARVALHO FILHO, J. d S. **Manual de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30ª ed. São Paulo: Forense, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO. M. **Comentários à lei de licitações e Contratos Administrativos.** 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MOTTA, C. P. C. **Eficácia nas Licitações e Contratos**, Del Rey, 9. ed. atualizada, 2002.

PERIÓDICOS

SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. **Manual de Direito Administrativo.** 4º Ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.

4964	Direito Empresarial	60

APRESENTAÇÃO

Registros Mercantis. O empresário. Disposições gerais sobre sociedades. Institutos empresariais. Sociedades. Modalidades de Sociedades quanto à sua relação com outras pessoas jurídicas. Modalidades de sociedades quanto à sua forma. Propriedade Industrial.

OBJETIVO GERAL

Este componente curricular visa preparar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar o direito empresarial nas diversas situações do mundo dos negócios, abordando as naturezas jurídicas das sociedades, seu nascimento e morte, passando pelos vários processos jurídicos como a recuperação judicial, desconsideração da personalidade jurídica, entre muitos outros.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar o empresário individual e a sociedade empresária.
- Entender os procedimentos simplificados para micro e pequenas empresas.
- Identificar e compreender o capital social seus direitos e deveres.

- Compreender as consequências da dissolução, recuperação judicial e falência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SOCIEDADES E EMPRESAS
PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES
REGISTROS MERCANTIS
SIGILO
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

UNIDADE II – CAPITAL SOCIAL E O DIREITO EMPRESARIAL
TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE JURÍDICA EMPRESARIAL
CAPITAL SOCIAL E A SUA INTEGRALIZAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

UNIDADE III – DISSOLUÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA
DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
FALÊNCIA

UNIDADE IV – TIPOS DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS
SOCIEDADES PERSONIFICADAS POR AÇÕES
SOCIEDADES COOPERATIVAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CHAGAS, E. E. **Direito empresarial esquematizado**. 4. ed. São Pauto: Saraiva, 2017.

MAMEDE, G. **Manual de direito empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 18. ed. Rio de Janeiro Atlas 2018.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2019.

PERIÓDICOS

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2018.

4847	**Pensamento Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

4872	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**80**

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Administrativo, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Administrativo, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação.